



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

**ATA DA 12ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS**

1 No sexto dia do mês de agosto de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de  
2 Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta:  
3 **1º) Atas (Plen. Ord. 9ª de 25-06 e a 10ª de 09-07-15) e Expedientes; 2º) Relato de Comissões;**  
4 **3º) Apresentação da estrutura do PPA -2016-2019 – SES/RS 4º) 7ª Conferência Estadual de**  
5 **Saúde; 5º) Vigilância em saúde: com foco na prevenção - Fórum dos Conselho Profissionais do**  
6 **RS 6º) Assuntos Gerais. Titulares:** Adão Zanolandrea, Ana Valls, Odil Gomes, Iara Almeida,  
7 Luciane Cimador, Jairo Tessari, Rosemeri Suzin, Camila Jacques, Ivete Dornelles, Ana Albernaz,  
8 José Hélio, Sandra Leon, Alcides Pozzobon, Carlos Weber, Eni Bahia, Alexandra Ximendes,  
9 Carolina Gyenes, João de Deus, Inque Schneider, Jaime Berdias, **Suplentes:** Carlos Martins, Paula  
10 Fortunato, Ivanir dos Santos, Maria Lovany, Daniela Teixeira, Miriam Kolinger, Ronaldo Bordin.  
11 Ana Valls abre a plenária informando que a conselheira Célia e o conselheiro Claudio não estão  
12 presentes devido a outros compromissos. Ela põe a ata da 9ª plenária em discussão e para correções,  
13 sem nenhuma correção ela põe a ata em votação, a mesma foi aprovada por maioria pela plenária,  
14 tendo um voto contra e uma abstenção. Ela põe a ata da 10ª plenária em discussão, sem nenhuma  
15 correção, ela põe a ata em votação, a mesma é aprovada por maioria pela plenária, tendo 3  
16 abstenções. Ela informa na parte de expedientes, que chegou na biblioteca do CES, a publicação  
17 oficial do COREN-RS, com algumas informações do trabalho de enfermagem, e outras informações  
18 do COREN-RS disponíveis para os conselheiros interessados. Ela diz que no dia 16 de julho, foi  
19 aprovado por unanimidade na Câmara Municipal de Canguçu, um requerimento em relação as  
20 questões de repasse de recursos do Estado para o Município, segundo ela é uma ação que ainda está  
21 sendo desenvolvida, com a intenção de que os recursos do Estado e semelhantes que são destinados  
22 para patrocínios e incentivos, sejam destinados para hospitais de caridade, e também servindo de  
23 incentivo e exemplo para que outros segmentos adotem medidas similares. Ela também informa que  
24 na sexta-feira de manhã no teatro Dante Barone, acontecerá um debate sobre as consequências da  
25 saúde e ao meio ambiente do uso de agrotóxicos no Rio Grande do Sul e no Brasil. Ela diz que o  
26 conselho recebeu do gabinete da presidência do OAB, um convite para uma palestra no dia 12 de  
27 agosto no auditório do OAB, sobre os desafios do financiamento do direito a saúde no Brasil. Ana  
28 Valls passa para a pauta do relato de comissões. Sandra Leon diz que a comissão de Saúde Mental  
29 começará a trazer para as plenárias os principais pontos discutidos em suas reuniões, ela traz para a  
30 plenária que estão discutindo sobre saúde prisional, e que o assunto foi discutido pela manhã com a  
31 coordenação de Saúde Prisional, ela diz que o objetivo era discutir sobre a adesão do Estado as  
32 portarias 94 e 95 de 2014, que tratam da atenção de saúde mental para pessoas privadas de liberdade  
33 e em conflito com a lei. Ela diz que estão planejando algumas reuniões com o objetivo de organizar  
34 um seminário para o final de outubro, com a temática da saúde prisional focando a  
35 desinstitucionalização, ela diz que continuarão informando sobre essas discussões da comissão nas  
36 próximas plenárias. Ela diz que um grupo de trabalho, no qual ela está representando o CES, junto  
37 com a conselheira Alexandra, esta discutindo sobre o sistema de saúde mental de Porto Alegre, e  
38 que esse grupo é formado pelo CES, a Secretaria Estadual de Saúde, o Judiciário e o Tribunal de  
39 Justiça do Estado. Ela diz que o CES, junto com o Conselho de Psicologia, com o CRES, com o  
40 grupo Nau da Liberdade, estão organizando um encontro gaúcho de grupo de militantes da reforma  
41 psiquiátrica antimanicomial, que acontecerá na sexta feira e no sábado na Assembleia Legislativa,  
42 diz que o objetivo desse encontro é fortalecer a militância antimanicomial no Estado, e que todos os  
43 conselheiros estão convidados. Alexandra reforça na fala da Sandra, que as informações estão na

44 página do encontro e do Conselho de Psicologia no Facebook. Ela relata que esteve em duas  
45 reuniões do grupo de trabalho do qual a conselheira Sandra informou, diz que encaminhou uma  
46 cópia das atas para o e-mail do CES e da Saúde Mental, diz que esperavam ter uma discussão sobre  
47 internação de redes de saúde mental no Estado como um todo, ela diz que foi discutido sobre a  
48 situação do município de Porto Alegre, porque o Tribunal de Justiça entendeu que é o maior  
49 problema que enfrentam em termos de reinternação e demandas judiciais. Ela diz que a grande  
50 questão que emprega o Tribunal de Justiça, é tentar construir junto com a rede, um fluxo que  
51 prescindia da judicialização desses pedidos de internação, e que eles têm tomado por modelo, uma  
52 ação que foi construída no município de Gravataí. Ela diz que a ideia é transpor essa construção de  
53 Gravataí para o município de Porto Alegre, e que já está em andamento, diz que a coordenação de  
54 Saúde Mental já iniciou uma conversa com a Defensoria Pública, e que farão um projeto-piloto com  
55 três CAPs. Ela diz que o debate dos grupos de trabalho foi muito centrado na construção desse  
56 fluxo, segundo ela, a juíza Gláucia tem uma excelente compreensão sobre a rede de saúde. Ela diz  
57 que no próximo encontro desse grupo de trabalho, será assinado um termo de cooperação, e que o  
58 pedido chegará em breve para o CES, devesse ser avaliado, ela diz que não vê nenhum impedimento  
59 em assinarem o termo e acompanharem esse trabalho. Ana Valls lembra que esse termo de  
60 cooperação devesse ser analisado, e verem qual ação que é esperada de um conselho de controle  
61 social, e que não podem fugir das suas competências e ações reais. Ela diz que esteve observando  
62 outros conselhos estaduais, e fala da necessidade do CES organizar uma comissão que discuta a  
63 questão das vigilâncias de saúde, e que espera terem os representantes até o final do ano. José Hélio  
64 sugere reativar a comissão de assistência farmacêutica, e que pela importância que ela tem,  
65 deveriam pensar em reativá-la. Ana Valls diz a respeito da comissão de assistência farmacêutica,  
66 que já tiveram muitos problemas no Estado nessa área e que precisam repensar nessa ideia, e  
67 discutir quais serão os representantes nessas duas comissões que serão organizadas. Ela passa para a  
68 pauta da apresentação da estrutura do PPA 2016-2019, que vai ser apresentada pelos técnicos da  
69 Secretaria da Saúde, para que ele possa ser esclarecido e avaliado pelos conselheiros e membros das  
70 comissões do CES, e diz que a proposta da mesa é de que possam deliberar o PPA na próxima  
71 plenária. Cristiane, trabalhadora da Secretaria de Saúde na assessoria de planejamento, faz a  
72 apresentação da estrutura do PPA, ela mostra a base legal do PPA, e mostra todos os detalhes e  
73 todos os seus objetivos e metas. Após a apresentação, Ana Valls diz que enviarão essa apresentação  
74 para os conselheiros por e-mail, ela diz na questão do PPA, que algumas tabelas ficaram com os  
75 números do resultado iguais, ela diz que ficou em dúvida se isso foi um erro, ou se era uma ação  
76 que não se soma. Cristiane diz que mostrou as que somaram, ela mostra uma que não se soma, e que  
77 se ele não precisar ser somado ele vai continuar com o número do último ano no PPA. Odil diz que  
78 uma proposta semelhante foi construída e apresentada no passado, mas foram esquecidas, diz que os  
79 técnicos fazem o seu trabalho, mas o que o preocupa é a área política, que segundo ele "chuta o  
80 balde" com os conteúdos. Ele diz que nesse novo governo devem ter um rumo, e que precisam  
81 qualificar em vez de melhorar. Ana Valls diz que em uma reunião, foi levantada a questão de não  
82 ficar claro qual é a realidade do PPA, de que é mostrado a meta e números, mas não mostra o porquê  
83 daquela meta ser construída, diz que seria interessante se fosse mostrado um número como  
84 embasamento. Gilmar diz que todo o projeto tem que ter três dados, que são o próprio projeto, a  
85 justificativa e o objetivo, e pergunta se vão ter acesso a esses dados de objetivo desse projeto, pois  
86 fica difícil. José Hélio diz que ficou um pouco difícil de entender o que foi apresentado, e reforça a  
87 necessidade dos dados, para terem uma ideia do que eles têm e do que vão ter. Adão relembra o  
88 desrespeito que o sistema vem mostrando com os idosos. Mirian diz que o PPA deveria ter sido  
89 apresentado e aprovado pelo CES antes de ter ido para a Assembleia Legislativa, e acha que o CES  
90 foi um pouco desrespeitado por isso. Ana Valls relembra que a Assembleia Legislativa tem até o dia  
91 30 de setembro para se manifestarem, e que no mínimo podem encaminhar sua deliberação sobre o  
92 PPA para a Assembleia Legislativa antes desse prazo. Milton diz que como conselheiros, devem se  
93 esforçar para construir um PPA melhor dentro do que cada entidade pensa, e que se isso será  
94 aprovado ou não é outra história, mas que devem cumprir o seu dever tomar as devidas atitudes, e  
95 diz da necessidade do CES fazer um debate com a Assembleia Legislativa sobre o PPA. Eni

96 concorda com as falas dos conselheiros, e diz que eles como um conselho de controle social, para  
97 construir ou aprovar o PPA, deveriam construir um diagnóstico da saúde do Estado, e que os dados  
98 desse diagnóstico seriam justamente os dados que estão faltando nesse PPA, e diz que se as  
99 comissões não assumirem os seus deveres, não vão chegar a lugar algum. Jairo diz que concorda  
100 com a fala do conselheiro Milton, ele diz que os conselheiros tem todo o acesso que precisam para  
101 fazer as suas avaliações, e que todas as informações que eles estão exigindo, podem ter passado  
102 despercebido pelos conselheiros em outras plenárias. Ana Valls lembra de que os planos não trazem  
103 nenhum diagnóstico do tempo anterior, e apesar de terem alguns dados, nenhum mostra o  
104 diagnóstico real de saúde do Estado. Ela passa a palavra para os técnicos da Secretaria de Saúde,  
105 para eles responderem os questionamentos. Gabriel diz que concorda com muitos questionamentos  
106 levantados, e diz que o PPA está bastante complexo e de que eles têm plena consciência de que falta  
107 um diagnóstico real de saúde. Ele diz que os conselheiros devem ter um pouco de cuidado com as  
108 suas críticas, pois podem gerar um desentendimento, e diz que os técnicos tem feito o possível  
109 dentro dos seus limites, e acha que quando falam que o PES 2012-2015 não tem uma análise  
110 situacional, é um certo desconhecimento sobre o assunto, e que existem várias maneiras de fazer  
111 essa análise. Ele diz que eles tem interesse, e sugere que discutam sobre essa análise situacional, e  
112 de que ele concorda que o método da análise situacional pode não ser o mais adequado, mas não  
113 concorda quando foi levantado que ela não exista. Cristiane responde não questão da falta de  
114 justificativa, de que cada programa tem a sua justificativa do porquê ele está ali. Ela responde na  
115 questão da saúde do idoso, a justificativa não aparece no projeto de lei que foi enviado para a  
116 Assembleia Legislativa, e que ela aparece no PDF que os conselheiros receberam, onde é  
117 apresentado o programa, o órgão, a justificativa e o objetivo. Ela diz que quando estavam  
118 construindo o PPA junto com alguns conselheiros do CES, ela diz que mandavam atualizações  
119 conforme iam avançando, e que não conseguiram mandar mais devido a falta de tempo. Ana Valls  
120 diz que para terem um relatório de que possam entender, precisariam de que algumas pessoas se  
121 apropriassem e explicassem o documento como um todo. Ela diz que em sua fala a respeito que  
122 nenhum plano mostra o diagnóstico do anterior, ela quis dizer que não fica claro qual é a realidade  
123 do que está sendo propondo. André diz que o instrumento do PPA apresentado, tem uma estrutura  
124 que já é dada pela secretaria de planejamento, e diz que podem discutir sobre mudar alguns detalhes  
125 do PPA, mas que não pode ser possível realizar isso nessa plenária. Ele pede para os conselheiros  
126 pra que seja feito uma análise dessa estrutura do PPA, e que levem elas para a próxima plenária para  
127 que elas sejam discutidas. Gabriel sugere que seja feito um prazo, para que os conselheiros mandem  
128 os questionamentos por e-mail antes do dia 20 de agosto, assim como foi feito em algumas reuniões  
129 feitas em ocasiões anteriores. Ana Valls sugere que os conselheiros mandem seus questionamentos  
130 até a próxima sexta-feira para o CES, e diz que os mesmos serão enviados para a Secretaria da  
131 Saúde. Ela pede para que as comissões analisem as questões do PPA que dizem a respeito da sua  
132 entidade. Jairo sugere que os questionamentos sejam discutidos em ordem de chegada, e se houver  
133 tempo podem abrir um espaço para que outros questionamentos sejam feitos. Ana passa para a pauta  
134 da 7ª Conferencia Estadual de Saúde, ela fala sobre como está o andamento da conferência, ela  
135 relata que estão na fase dos relatórios municipais, diz que muitos municípios que realizaram as suas  
136 conferências estavam com dificuldades em colocar os seus dados e relatórios no FormSus, e diz que  
137 cerca de 420 municípios enviaram seus relatórios e inscreveram seus delegados. Ela lembra que se o  
138 conselheiro não provar que ele participou de pelo menos uma conferência municipal, ele perderá a  
139 sua vaga de delegado. João de Deus diz que está em dúvida, pois ele não participou de nenhuma  
140 conferência municipal, apenas de conferências livres, e acha que isso seria a suficiente para ele  
141 poder participar da Conferencia Estadual. Ana Valls diz que registrou a colocação do conselheiro e  
142 vai levar a situação para a comissão organizadora para ser analisada. Ela passa para a próxima  
143 pauta, que é sobre a vigilância em saúde, com foco na prevenção, ela convida o representante do  
144 Fórum dos Conselhos Profissionais do RS para se juntar a mesa, para falar sobre a vigilância em  
145 saúde, com foco na prevenção, e explicar melhor sobre esse fórum. Ela passa a palavra para Everton  
146 Borges, farmacêutico do Conselho Regional de Farmácia. Everton agradece ao espaço, começa  
147 falando sobre o Fórum dos Conselhos Profissionais do RS, ele fala que 26 conselhos e duas ordens

148 se juntaram para formar esse fórum. Ele fala que no tema vigilância em saúde, um dos maiores  
149 problemas que as vigilâncias sanitárias enfrentam, é a dificuldade de agirem no sistema público, e a  
150 interferência política em nível local. Ele diz que o fórum solicita que o CES, deve exigir que as  
151 vigilâncias se reestruturem em ações preventivas básicas, pois segundo ele, a vigilância em saúde é  
152 um órgão que não tem uma estrutura adequada. Ela diz que eles têm um projeto de lei na  
153 Assembleia Legislativa, que trata do novo código em vigilância em saúde do estado, e estão  
154 solicitando desarquivar esse projeto, e aprovar sua atualização, e diz que tem uma pauta no CES,  
155 para que ele também participe dessa movimentação junto com a Secretaria de Saúde. Ele encerra a  
156 sua fala, Ana Valls abre para os conselheiros fazerem os seus questionamentos. Camila diz que  
157 também trabalha em uma vigilância, e que existe muita dificuldade das vigilâncias nos municípios.  
158 Ela diz que na questão dos órgãos públicos, que essa parceria do fórum com os CES, pode  
159 pressionar e adequar os órgãos com as regras das vigilâncias sanitárias. Ela diz que no plano,  
160 sempre apontam para a questão da assistência, diz que deveriam focar mais o trabalho na prevenção  
161 em saúde. Jairo diz que essa parceria do fórum com o CES vai ajudar muito na atuação e na  
162 qualificação da comissão de fiscalização, diz que a vigilância sanitária é fundamental, e que quanto  
163 menor é o município, maior é a intervenção política na vigilância sanitária. Adão parabeniza a  
164 apresentação, e relembra sobre a sua proposta de construir um restaurante popular, devido aos  
165 vários quilos de alimentos que são jogados fora e que poderiam ser reaproveitados. Ana Valls diz  
166 que a questão do Adão sobre os alimentos diz respeito à saúde, principalmente as vigilâncias, e que  
167 é um assunto que precisa ser discutido. Ela passa a fala para o convidado Everton responder os  
168 questionamentos. Everton diz que a vigilância sempre trabalha com o risco sanitário, e que na  
169 questão de recolher sobras de alimentos que podem ser reaproveitados, deve ser feito um  
170 procedimento adequado para possam ser consumidas, e diz que existem bancos de alimentos com  
171 nutricionistas e profissionais para tratar desses casos, e diz que os conselhos do fórum têm outras  
172 atividades que focam na prevenção, a saúde ao idoso e outros. Ele diz os conselhos de saúde estão  
173 discutindo a inserção de outros profissionais não médicos em saúde nos planos de saúde, ele diz que  
174 isso ainda é uma movimentação comercial, e que querem focar mais na prevenção. Ana Valls diz  
175 que eles ainda não têm no SUS, todos os profissionais necessários, para realmente atenderem a  
176 população, não só em quantidade, mas em qualidade. Ela agradece Everton pela sua presença, e  
177 pela sua explicação sobre o Fórum para a plenária. Nada mais havendo a tratar, Ana Valls deu por  
178 encerrada a reunião, da qual eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a presente ata que, após leitura e  
179 aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 6 de agosto de 2015.

Célia Chaves  
Presidente do CES/RS

Claudio Augustin  
Vice Presidente do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes  
Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz  
Coordenadora do CES/RS

Paulo Humberto Gomes da Silva  
Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro  
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari  
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva  
Coordenadora do CES/RS